6.

NOVEMBRO · 2020

Ponte de Lima: *do passado ao presente, rumo ao futuro!*



A CASA NOBRE NO CONCELHO DE PONTE DE LIMA NA ÉPOCA MODERNA. A EXPANSÃO PORTUGUESA E A ENCOMENDA ARQUITETÓNICA (DE ÁFRICA AO BRASIL)

THE MANOR HOUSE IN PONTE DE LIMA MUNICIPALITY IN THE MODERN PERIOD PORTUGUESE. EXPANSION AND ARCHITECTURAL ORDERING (FROM AFRICA TO BRAZIL)

Traçar o perfil dos encomendadores das casas nobres do concelho de Ponte de Lima é uma tarefa particularmente árdua, uma vez que a pesquisa documental que desenvolvemos não permitiu individualizar, na maior parte dos casos, os protagonistas da encomenda arquitetónica. Assim, e perante tal lacuna, resta-nos definir o enquadramento político, social, económico e institucional dos mecenas da casa nobre na Época Moderna no concelho de Ponte de Lima. O nosso arco temporal baliza-se entre a afirmação do Senhorialismo no reinado de D. Afonso V até ao advento do Liberalismo. Neste intervalo de tempo viveu-se simultaneamente um período de afirmação da nobreza limiana, que atuou muitas vezes de forma prepotente contra o poder e a autonomia municipal, e de enriquecimento com as conquistas além-fronteiras. Com este artigo tentaremos provar que a expansão portuguesa foi determinante para a encomenda arquitetónica no concelho muito antes do século XVIII, como é habitualmente referido.

CASA NOBRE, NOBREZA, ENCOMENDA ARQUITETÓNICA, EXPANSÃO PORTUGUESA, CONCELHO DE PONTE DE LIMA

MANOR HOUSE, NOBILITY, ARCHITECTURAL ORDER, PORTUGUESE EXPANSION, PONTE DE LIMA MUNICIPALITY

It was difficult to discover the background of the people who had manor houses built in Ponte Lima, as there is no information about them in the archives. So we examined the political, social and economic background, and the institutional connections of these people that lived in the Modern Age, which is the period from 1453 to 1789. The period examined is from the manorialism of Don Afonso the Fifth to the advent of Liberalism. During this period the Ponte Lima nobility, who had enriched themselves due to overseas conquests, acted in a prepotent manner towards the municipal authorities. We will try to show that the Portuguese expansion overseas was decisive for the architecture of Pont Lima; that is, long before the 18th century, which is usually considered the decisive period.

MARIA AMÉLIA DA S. PAIVA

Definir o perfil dos encomendadores das casas nobres do concelho de Ponte de Lima é uma tarefa particularmente árdua porque, como já tivemos oportunidade de referir mais do que uma vez, a pesquisa documental não permitiu identificar, na maior parte dos casos, os protagonistas da encomenda arquitetónica. Assim, e perante tal lacuna, resta-nos caraterizar o enquadramento político, social, económico e institucional dos mecenas da casa nobre, que escolheram este tipo de habitação como representação do seu estatuto privilegiado. Porém, esta tarefa torna-se igualmente difícil, porque durante o longo período em estudo – dos alvores da Época Moderna aos finais do século XVIII – ocorreram grandes transformações sociais, pelo que estamos a falar de uma elite muito heterogénea, em constante mutação, e por isso extremamente difícil de retratar.

O contexto político do nosso estudo baliza-se entre a afirmação do Senhorialismo do reinado de D. Afonso V até ao advento do Liberalismo, isto é, do apogeu à decadência da nobreza tradicional. Efetivamente, "*[…] a segunda metade do século XV, até ao fim do reinado de D. Afonso V, foi marcada pela identificação da politica nacional com os interesses da alta nobreza: grandes doações, criação de novos títulos nobiliárquicos, enorme aumento do pessoal da corte, exercício dos ofícios régios por membros da alta nobreza, aumento das tenças e benefícios que redistribuíam as receitas da coroa pela clientela nobre, além dos frequentes empreendimentos militares*"[1].

No reinado de D. Afonso V, Ponte de Lima viveu um período de afirmação da nobreza, que atuou muitas vezes de forma prepotente contra o poder e a autonomia municipal[2], e simultaneamente assistiu-se a um período de expansão e crescimento económico com as conquistas além-fronteiras: "*[…] a vocação portuguesa para expansão marítima está carregada de simbologia na medida em que esta não era vista como uma acção puramente mercantilista e de carácter económico , e sim, como uma missão, um cumprimento de um destino épico traçado por Deus de formar um grande império. […] a nobreza participou muito mais activamente nas conquistas marítimas do que a burguesia*"[3].

De facto, muitas famílias nobres[4] estiveram envolvidas na expansão, inicialmente em África e na Índia[5], e depois no Brasil, algumas ao serviço da Coroa: "*A gesta dos descobrimentos portugueses criou, sobretudo no seu início, antes que o Brasil se tornasse, também ele, um destino privilegiado, um explosivo movimento de habitantes do nosso território europeu em direcção ao Oriente*"[6]. Dos que serviram o rei destacamos os Limas[7], família nobre de ascendência galega[8], que marcaram indelevelmente a história limiana, e estiveram ligados à empresa expansionista na busca de honra e proveito: "*Leonel de Lima, o fundador desta casa senhorial,*

[1] NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa – *Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481).* Curitiba: [s.n.], 2005. Tese de Doutoramento em História apresentada na Universidade Federal do Paraná. (Policopiada).

[2] Leonel de Lima e restantes membros da sua família atuaram frequentemente de forma prepotente contra os poderes municipais. Cf. PAIVA, Maria Amélia da Silva – A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima. D. Leonel, de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista. In *Actas do II Congresso Internacional "Casa Nobre: Um Património para o Futuro"*, Arcos de Valdevez: Edição do Município de Arco de Valdevez, 2011, pp. 565-583. ISBN 978-972-9136-61-0.

[3] NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa – *Ob.cit.*, p. 45.

[4] Abel dos Santos Cruz destaca algumas dessas famílias: *"Entre 1415-1464 foram muitas as casas senhoriais que correram por terras marroquinas em prol do reino lusíada: Albergaria, Albuquerque, Almada, Almeida, Andrade, Ataíde, Azevedo, Castelo Branco, Castro, Coutinho, Cunha, Eça, Furtado Mendonça; Lima, Mascarenhas, Melo, Meneses, Moniz, Nogueira, Noronha, Pereira, Silva, Sousa, Távora, Vasconcelos, etc."* Cf. CRUZ, Abel dos Santos – *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464).* Porto: [s.n.], 1995. Tese de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Policopiada). p. 6.

[5] O historiador Manuel António Fernandes Moreira analisou o manuscrito *Cartas da Índia* existente na Misericórdia de Ponte de Lima. Este documento, que versa sobre a transferência de heranças de minhotos falecidos naquelas paragens, permite identificar alguns nobres naturais de Ponte de Lima. Cf. MOREIRA, Manuel António Fernandes – Navegantes e mercadores de Viana e Ponte de Lima. In *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo. Tomo 41 (2008), p. 411-426.

[6] BRANCO, João Alarcão de Carvalho – Rui Pereira. In ABREU, João Gomes d' (coord.) – *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2008. ISBN 978-972-8846-15-2. p. 58.

teve um papel fundamental neste processo, ao criar laços de lealdade e de fidelidade para com todos os reis que serviu. Nisto é seguido por todos os seus filhos que, [...], permaneceram ligados ao rei, seja ele D. João II, ou D. Manuel I. Acima de tudo revelam-se homens que estão prontos a servir o seu rei nas suas acções, quer em África quer na Índia, o que demonstra também uma aceitação tácita das ideias régias, e das suas estratégias. Se isso transparece nas primeiras gerações, podemos afirmar com segurança que o mesmo se repete nas seguintes. Assim sendo, o serviço à casa real é quase uma característica do comportamento desta linhagem."[9]

Leonel de Lima esteve desde sempre ligado às conquistas africanas, tendo participado na trágica expedição a Tânger[10], em 1437, ao serviço de D. Duarte, e vinte e um anos mais tarde, na tomada de Alcácer Ceguer, ao lado de D. Afonso V.

Também D. João de Lima, primogénito de Leonel de Lima, 2.º Visconde de Vila Nova de Cerveira, participou na tomada desta praça: "*Também foi para o Norte de África, marcando a sua presença na conquista de Alcácer Ceguer junto de seu pai, onde prestou serviço até ao segundo cerco. A sua permanência em terras marroquinas foi mais longa que a de seu pai, ficando até 1462. É durante esta altura que recebe os direitos das rendas de Ponte de Lima, e a confirmação da doação de Vila Nova de Cerveira como consequência de todos os serviços africanos.*"[11]

Por sua vez, D. Francisco de Lima, "*[...] primogénito e sucessor dos segundos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cuja casa, depois da do Duque de Bragança, podia considerar-se a mais rica do Entre Douro-e-Minho*[12]", fidalgo da corte dos reis D. Manuel I e D. João III, colaborou na recuperação de Arzila, em 1510[13], conforme se pode comprovar pela leitura do *Memorial de Calheiros* de Diogo Lopes de Calheiros[14], que o acompanhou na qualidade de pajem.

Mas este não foi o único neto de Leonel de Lima a participar nas campanhas expansionistas. D. Diogo de Lima, irmão do 3.º Visconde de Vila Nova de Cerveira, foi capitão das armadas da Índia de 1519, 1520 e 1521, tendo concretizado à terceira a passagem para o Índico. Em 1519, recebeu a mercê da capitania de Cochim, cargo que exerceu entre 1521 e 1524. Este fidalgo era primo coirmão de muitos Limas que andaram no Índico: "*[...] D. João, capitão de Calecut; D. Jerónimo, que morreu na conquista de Goa; Leonel Coutinho, veterano da Carreira da Índia; D. João, filho de D. Duarte da Cunha Lima, que morreu no cerco de Calecut; de D. Rodrigo de Lima, embaixador ao Preste João; e de João Sousa Lima, capitão-mor da armada de 1513. Era primo como tio de D. Manuel de Lima, capitão de Baçaim e Ormuz, de Martim Afonso de Melo Coutinho, capitães na armada de 1521, e dos irmãos Cristóvão, Jorge, Lopo e António de Brito.*"[15]

Também D. João de Lima, filho de D. Fernão de Lima e de D. Constança de Azevedo[16], partiu para a Índia como passageiro na armada de Tristão da

[7] "*A chegada de D. Afonso V ao trono, embora de forma conturbada, dá início ao período fértil no percurso de Leonel de Lima, visto que será com este monarca que este homem, ainda denominado de escudeiro em 1437, conseguirá que o rei o agracie, mais tarde, com um viscondado. Será sem dúvida o momento de consolidação dos Limas como casa senhorial*". Cf. CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – Os Limas e a Politica de D. Manuel I, In *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Centro de História de Além-Mar e Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2004. p. 261.

[8] Muitas famílias nobres de Entre Douro e Minho, as mais antigas de Portugal, têm as suas raízes mais remotas na Galiza, em torres e paços senhoriais de grande valor arquitetónico. Conforme nos diz Baquero Moreno: "*Ao longo de séculos de história portuguesa são inúmeros os fidalgos portugueses de ascendência galega que por razões de vizinhança e proximidade geográfica acabaram por fixar residência, quer na região de Entre-Douro-e-Minho, quer ainda na região de Trás-os-Montes.*" MORENO, Humberto Baquero – Um fidalgo de ascendência galega: Leonel de Lima. In *1º Colóquio Galaico-Minhoto, Actas*, Vol. I, Ponte de Lima: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, (1981). p. 259.

[9] CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – Os Limas e a Politica de D. Manuel I, In *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Centro de História de Além-Mar e Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2004. p. 275.

[10] Leonel de Lima obrigou os quatrocentos trabalhadores da terra de S. Martinho, termo de Ponte de Lima, a contribuir com quatro alqueires de centeio por pessoa para financiar a sua expedição a Tânger. Para saber mais sobre este fidalgo e a sua participação nas conquistas africanas sugerimos a consulta das seguintes teses: CRUZ, Abel dos Santos – *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464).* Porto: [s.n.], 1995. Tese de Mestrado em História

Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Policopiada). p. 116-117.; MOREIRA, Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva – *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*. Porto: [s.n.], 2009. Tese de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Policopiada). p. 37, 45 e 76.

[11] CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – *Os Limas e a Política de D. Manuel*. p. 263.

[12] ABREU, João Gomes d' (coord.) – *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2008. ISBN 978-972-8846-15-2. p. 43.

[13] Arzila, na costa atlântica de Marrocos, foi conquistada por D. Afonso V em 24 de agosto de 1471, tendo sido entregue à guarda de D. Henrique de Meneses, Conde de Valença. Mais tarde, depois da decapitação e queima de cinco mouros na praia de Arzila, o Rei de Fez, com um poderoso exército, cercou esta praça na manhã de 15 de agosto de 1508. D. Manuel I, ao tomar conhecimento deste ataque, apelou a todos fidalgos do Reino para participarem na reconquista desta praça, que era considerada estratégica, pela sua localização para a defesa do estreito de Gibraltar, e emblemática pelo sangue derramado na sua conquista e manutenção, onde muitos portugueses foram armados cavaleiros.

[14] Diogo Lopes de Calheiros, primogénito de Garcia Lopes de Calheiros e de D. Brites de Amorim, apesar de morador em Viana do Castelo, administrou os bens que tinha em Ponte de Lima, e que constituíam o seu património, encabeçado na antiga Quinta de Calheiros, Solar da sua família. ABREU, João Gomes d' (coord.) – *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2008. ISBN 978-972-8846-15-2. p. 48-49.

[15] LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I*. Lisboa: [s.n.] 2006. Tese de Mestrado em História e Arqueologia da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Policopiada). p. 222.

[16] D. Constança de Azevedo era filha de Diogo Lopes de Azevedo, Senhor de

Cunha, em 1506. Teve uma presença muito ativa ao lado de Afonso de Albuquerque estando presente nas conquistas de Malaca (1511) e Ormuz (1515). Voltou ao Reino em data incerta, tendo regressado à Índia em 1518 como capitão da armada de Diogo Lopes de Sequeira, com o propósito de obter a capitania de uma das praças indianas. Objetivo que alcançou, já que foi capitão de Calecut entre 1522 e 1525.

Podíamos aqui nomear muitos outros membros desta família, filhos, netos e alguns bisnetos de Leonel de Lima, que participaram ao longo de várias gerações nas conquistas ultramarinas; contudo, não é esse o objetivo desta exposição, aliás muitos investigadores têm contribuído com trabalhos académicos de mérito sobre esta temática, alguns já aqui referidos. O que realmente nos importa é refletir sobre o perfil dos mecenas da casa nobre limiana, e aquilo que constatamos é que muitas famílias nobres limianas tiveram um papel determinante nos palcos africanos e indianos num primeiro momento, e mais tarde no Brasil.

E não foram só os Limas que participaram nesta demanda, devemos igualmente considerar outras famílias, algumas que surgem no âmbito da estratégia matrimonial desta linhagem[17]: "*Leonel de Lima situava-se num patamar muito elevado da sociedade cortesã, influenciando o destino da geração seguinte, a qual cruzaria o sangue dos Limas com linhagens da alta e média nobreza de corte (Ataídes, Melos, Castros, Azevedos, Sousa, Coutinhos ou Abreus), dando início a trajectórias mais ou menos assinaláveis*"[18]. Deste modo, podemos dizer que a nobreza limiana esteve desde sempre ligada à expansão e às riquezas ultramarinas, não se limitando ao século XVIII, como é habitualmente referido. No entanto, a intensa emigração das gentes da região de Entre Douro e Minho no século XVIII, que D. João V se viu obrigado a proibir por alvará: "*[…] dezanove de Fevereiro de mil setecentos e onze para se proibir que deste reino passe para as capitanias do estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele, principalmente da província do Minho, que sendo a mais povoada se acha hoje em estado que não há gente necessária para a cultura das terras, nem para (sic) os serviços dos povos […]*"[19], criou essa ideia, ofuscando a primeira fase da expansão e os seus protagonistas. De facto, no século XVIII partiram muitos limianos do concelho de Ponte de Lima para o Brasil, alguns para assumirem cargos importantes na administração civil, militar e religiosa desta colónia: João de Sá Sottomaior, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Desembargador na Relação da cidade de São Salvador da Baía, que mandou construir a magnífica Casa de Nossa Senhora da Aurora, no arrabalde de São João da Vila de Ponte de Lima; Francisco Malheiro de Araújo, Capitão-mor em Minas Gerais, que ordenou a construção da Casa do Cardido, na freguesia de Brandara; D. António do Desterro Malheiro Reimão, Bispo de Angola e do Rio de Janeiro, que financiou a reconstrução da Casa de Pomarchão, em Arcozelo, e a cons-

trução da Casa da Praça, em Viana do Castelo; Francisco Mello da Gama, da Casa da Garrida; André Pereira da Silva, que encomendou a Casa das Torres, na freguesia da Facha, entre outros.

São inúmeros os exemplos de casas nobres, com as suas capelas vinculares, que foram construídas ou reconstruídas nesta centúria com dinheiro vindo do Brasil: "*Entrado o séc. XVIII, o inesgotável filão brasileiro vê-se agora adornado de gemas e pedrarias e o país rodopia em manifestações de sumptuária que pragmática alguma consegue travar*"[20].

Mas antes disso, muitas casas nobres foram construídas em Ponte de Lima com as fortunas da expansão, e na sequência da retribuição de favores por serviços prestados ao rei. O Paço do Marquês, primeira residência intramuros do 1º Visconde de Vila Nova de Cerveira, é disso exemplo. Este nunca teria sido construído se Leonel de Lima e os seus descendentes não tivessem apoiado D. Afonso V nas campanhas africanas.

Assim, e numa tentativa de contribuir para a caracterização do perfil dos encomendadores da casa nobre de Ponte de Lima, podemos avançar com algumas ideias que são transversais ao longo período em análise: os mecenas da casa nobre pertenciam às famílias dominantes da região, uma elite de pessoas endinheiradas, terratenentes[21], com propriedades dentro e fora do concelho, tinham trabalhadores dependentes a seu cargo, desempenharam muitas vezes cargos políticos, administrativos, militares e religiosos de destaque, e muitos estiveram ligados às conquistas e aos negócios ultramarinos, acumulando riquezas, prerrogativas e benesses.

Como António Matos Reis lembra a propósito da expansão: "*A prosperidade económica resultante da expansão portuguesa reflectiu-se também no incremento das actividades artísticas, ao findar o século XV e nas primeiras décadas do século XVI, de que resultou um avultado número de obras que, pelas suas características, é costume englobar no estilo chamado manuelino, por terem sido produzidas em período de esplendor que corresponde em grande parte, ao reinado do Venturoso. É nos antigos portos do litoral que maior número de manifestações nos deixou essa época, porque daí partiam e aí regressavam as caravelas e as naus com as mercadorias que produziam a riqueza desses tempos áureos. Mas os reflexos dessa prosperidade fizerem sentir-se também no interior, especialmente naqueles lugares onde era possível obter excedentes agrícolas que possibilitavam o afluxo da moeda, como aconteceu no vale do Lima.*"[22]

Nos primeiros tempos da expansão as motivações eram alegadamente religiosas e militares, e aqueles que nela participaram ao serviço da Coroa ganharam terras, cargos e privilégios. Para as praças marroquinas partiram essencialmente os primogénitos, enquanto para o Índico foram os segundos filhos. Com a decadência da rota da Ásia e sobretudo com a emergência da mineração do ouro e das pedras pre-

S. João de Rei, e de D. Inês Pereira. Com esta estratégia matrimonial, os Azevedos de S. João de Rei, ficaram ligados à poderosa família dos Limas.

[17] Temos que considerar que D. Leonel de Lima e sua esposa D. Filipa da Cunha tiveram uma grande prole, cinco filhas e seis varões, originando a entrada de outras famílias. Além destes, Leonel de Lima teve ainda mais dois bastardos.

[18] PIZARRO, José Augusto Sotomaior – D Leonel de Lima. In ABREU, João Gomes d' (coord.) – *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2008. p. 34-36.

[19] Cf. Arquivo Distrital de Braga – *Livro que contém diferentes Alvarás de diversos reis*. Fols. 157-161.

[20] LIMA, João Gomes de Abreu de – *Solares da Ribeira Lima*. In OLIVEIRA, Eduardo Pires de (coord.) – *Vale do Lima: um rio, dois países*. Ponte de Lima: Edição Adril, 2001. ISBN 972-95663-7-2. p. 155.

[21] O estudo das capelas vinculares permitiu conhecer de algum modo o perfil socioeconómico das famílias nobres limianas. De facto, os mecenas que patrocinavam a construção destas capelas pertenciam a uma elite de proprietários, que vinculavam bens, que correspondiam ao valor de terras de cultivo e à produção anual das mesmas, e nalguns casos, era o próprio conjunto edificado que era vinculado. Assim se conclui que estas famílias possuíam casas e herdades, e mantinham vários trabalhadores dependentes a seu cargo. PAIVA, Maria Amélia da Silva – A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima. As Capelas Vinculares e o Espírito Reformista da Época Moderna. In *Actas do III Congresso Internacional "Casa Nobre: Um Património para o Futuro"*, Arcos de Valdevez, 2012, pp.194-209.

[22] REIS, António Matos – *Ponte de Lima no Tempo e no Espaço*. Ponte de Lima: Edição da Câmara de Ponte de Lima, 2000. p. 160.

[23] O convento de São Francisco de Vale de Pereiras era feminino, pertencia à Ordem dos Frades Menores, e à Província de Portugal da Observância. Terá sido fundado por volta de 1360, começando por ser um convento masculino de franciscanos claustrais, tendo recebido vários privilégios régios. Em

ciosas do Brasil nos finais do século XVII e principalmente na centúria seguinte, muitos limianos rumaram para aquela colónia, uns ao serviço do rei, outros terão partido à aventura. Alguns acumularam grandes fortunas e distinção social, que usaram na construção ou na reconstrução das suas casas, marcando deste modo a paisagem limiana.

Outro aspeto que importa ressaltar, e que prevalece no período em análise, é a base jurídica ou institucional em que assentava a preservação dos bens de raiz desta elite social. Referimo-nos ao sistema de morgadios, segundo o qual os domínios senhoriais eram inalienáveis, indivisíveis e insuscetíveis de partilha por morte do titular transmitindo-se ao varão primogénito, e na falta deste passavam à linha feminina até aparecer descendente masculino, que assumia o conjunto dos bens do morgadio depois de completar 18 anos. Deste modo, a conservação do património familiar estava diretamente ligada à continuidade da linhagem e à preservação das prerrogativas sociais deste grupo privilegiado. A instituição de morgadios desenvolveu-se sobretudo a partir do século XIII e manteve-se até 1863, quando foram extintos pelo Decreto-lei de 19 de maio, com a exceção dos bens da Casa de Bragança. Logo, o enquadramento jurídico do nosso trabalho é pautado pela defesa da base territorial da nobreza, evitando a desarticulação dos domínios senhoriais, promovendo desde logo o poder económico da família. É claro que este sistema favorecia sobretudo o filho primogénito, condenando os outros filhos a uma vida muito diferente da do morgado, que muitas vezes eram empurrados para fora do reino, ou para a vida eclesiástica.

O Convento de Vale de Pereiras[23], situado na freguesia de Santa Marinha de Arcozelo, tinha muitas religiosas aristocratas, que receberam dotes para ingressar na vida eclesiástica, como pudemos constatar na pesquisa documental que desenvolvemos, e de que aqui partilhamos dois exemplos[24].

Maria Marta Lobo de Araújo, nos estudos que fez sobre a Misericórdia de Ponte de Lima, contribui com algumas ideias que permitem caraterizar a sociedade limiana do Antigo Regime: "*Em termos sociais, a região de Ponte de Lima era caracterizada pela nobreza ancestral, enraizada nos seus paços e casas senhoriais. Encontrava-se espalhada pelo concelho, estabelecia laços de parentesco entre si, ocupava os lugares mais importantes da administração local e da Misericórdia, factores que a tornavam dominadora dos cargos de poder e mantinha sob a sua alçada um volume enorme de caseiros, jornaleiros e de pobres que recorriam à Santa Casa à procura de auxílio. Gente que necessitava de arrendar as suas terras para as agregar às suas leiras e assim fazer frente ao sustento familiar. Tradicional e conservadora, a nobreza pontelimiana, presente na Misericórdia e interventora neste processo de distribuição de dotes, assumia-se como baluarte na defesa da honra e virtude das mulheres, ao mesmo tempo que sustentava a*

1515 deixou de ser um convento masculino, passando aí a residir a comunidade de clarissas da segunda ordem, segundo a bula Papal datada de 16 de janeiro. O convento atraiu muitas religiosas registando-se, em 1651, a existência de 90 irmãs, de 111 em 1710 e de 116 em 1749. No dia 8 de fevereiro de 1831 a igreja e outras dependências deste convento sofreram um violento incêndio. Entretanto, enquanto as religiosas lutavam contra as dificuldades resultantes deste acidente, tentando reedificar o edifício destruído, surgiu a lei de extinção das ordens religiosas, no âmbito da Reforma Geral Eclesiástica empreendida pelo Ministro e Secretário do Estado Joaquim António de Aguiar. Contra a regra que previa o encerramento dos conventos femininos, aquando da morte da última freira, o convento de Vale de Pereiras foi logo desativado. O edifício e a quinta foram arrematados por um valor irrisório pelo Brigadeiro Manuel Eleutério Malheiro, que procedeu à reconversão do imóvel para a sua residência particular. Em 1923, passou a ser propriedade do Dr. António Barbosa Martins. Atualmente pertence à Associação Nacional de Farmácia. Cf. ESPERANÇA, Manuel da O. F. M. – *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal.* Vol. II. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1666. p. 360; MAIA, Francisco d' Abreu – Convento de Val-de-Pereiras. *Almanaque de Ponte de Lima.* 7º ano. Ponte de Lima, 1927. p. 59-63; REIS, António Matos – Ob. cit., p. 150-151.

[24] A consulta dos Livros do Registo Geral do Arquivo Distrital de Viana de Castelo permitiu identificar muitas escrituras de dote e património para o ingresso na vida eclesiástica. 1717 – Escritura de dote de freira que fez António Pereira Malheiro a sua filha D. Grácia Pereira de Távora para entrar no Convento de Vale de Pereiras. António Pereira Malheiro vivia numa quinta na freguesia da Gemieira dotou a sua filha D. Grácia Pereira de Távora de 600 mil réis para entrar no Convento de Vale de Pereiras. Fonte: A.D.V.C.T., Fundo Notarial de Ponte de Lima, Tabelião: PASSOS, Bernardo Pereira, 1º Ofício, 17/4/1717-27/2/1719, fls.21-22v (cota: 4.21.4.9); 1727 – Escritura de dote que

conservação dos bons costumes."[25] Também nós, na pesquisa documental que empreendemos no Arquivo Municipal de Ponte de Lima, nomeadamente aos Livros de Atas da Câmara Municipal, encontrámos várias referências à nobreza do concelho nos Termos de Vereação dos séculos XVII e XVIII, pelo que se infere que muitos nobres participavam ativamente na vida camarária e na administração local. A gestão municipal ficava deste modo reservada para aqueles que tinham um conhecimento mínimo do Direito, aptidão para a escrita, e desafogo económico, pois muitos eram proprietários de casas no perímetro urbano, assim como foreiros de diferentes propriedades agrícolas fora de muros.

Nota Final

Com este artigo pretendemos demonstrar que a expansão portuguesa marcou de forma indelével a nobreza limiana e que as fortunas daí resultantes estiveram na base da construção de muitas residências senhoriais no concelho de Ponte de Lima, muito antes do século XVIII. Procuramos ainda contribuir para a caracterização do perfil do encomendador destas habitações, demostrando que para além da riqueza fundiária e de um sistema jurídico baseado na primogenitura, os negócios e os cargos assumidos por esta elite além-fronteiras ao longo da Época Moderna foram determinantes e deixaram uma marca expressiva na paisagem limiana.

faz Gaspar Malheiro Reimão da Neiva a D. Maia Isabel para haver de ser freira no Convento de Vale de Pereiras. Gaspar Malheiro Reimão da Neiva morava na Quinta de Sabadão na freguesia de Arcozelo. Fonte: A.D.V.C.T., Fundo Notarial de Ponte de Lima, Tabelião: BRITO, João Ribeiro de, 5º Ofício, 3-6-1727/6-5-1728, Fls. 20 v-23 (cota: 4.21.4.22).

[25] ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Ob. cit.*, p. 48.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, João Gomes d' (coord.) – *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2008. ISBN 978-972-8846-15-2.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco de Lima e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*. Ponte de Lima: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.
- AURORA, Conde d' – *Roteiro da Ribeira-Lima*. 4.ª ed. Ponte de Lima: Edição LIMICI, 1996. ISBN 972-95844-1-9.
- BEZERRA, Manuel Gomes de Lima – *Os Estrangeiros no Lima*. Fac-simile da 1.ª ed. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992. ISBN 972-588-048-X. 3 Volumes.
- CALHEIROS, Diogo Lopes – *Memorial de Calheiros*. Ponte de Lima: [s.n.], 1987.
- CARVALHO, Patrícia; DINIZ, Sofia – Os Limas e a Politica de D. Manuel I, In *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Centro de História de Além-Mar e Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2004.
- MAIA, Francisco de Abreu – Convento de Val-de-Pereiras. *Almanaque de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, 1927. p. 59-63.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes – Navegantes e mercadores de Viana e Ponte de Lima. In *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo. Tomo 41 (2008), p. 411-426.

- MORENO, Humberto Baquero – Um fidalgo de ascendência galega: Leonel de Lima. *In 1º Colóquio Galaico-Minhoto*, Actas, I vol., Ponte de Lima: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, (1981). p. 259-274.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – *As Portadas na Arquitectura Civil do Concelho de Ponte de Lima: Estruturas, Funções e Significados*. Porto: [s.n.], 2004. 2 vol. Tese de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Policopiada).

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – As Portadas Armoriadas do Concelho de Ponte de Lima: Um Documento Histórico e Artístico a Preservar. In *Actas do I Congresso Internacional "Casa Nobre: Um Património para o Futuro"*, Arcos de Valdevez: Edição do Município de Arco de Valdevez, 2007, pp. 383-398. ISBN 978-972-9136-51-1.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – *Os ofícios mecânicos e a encomenda arquitectónica patrocinada pela câmara de Ponte de Lima no século XVIII*. Porto: Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património, Porto 2006-2007, I Série, Vol. V-VI, pp. 437-465. ISSN 1645-4936.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima: Da Casa-Torre Medieval ao Solar Setecentista. *Estudos Regionais*. Revista Cultural do Alto Minho. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais. ISSN 0871-3332. Tomo 3, II Série, (2009), pp. 285-303.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – *As Portadas na Arquitectura Civil do Concelho de Ponte de Lima: Estruturas, Funções e Significados*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2011. ISBN 978-972-8846-36-7.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista. In *Actas do II Congresso Internacional "Casa Nobre: Um Património para o Futuro"*, Arcos de Valdevez: Edição do Município de Arco de Valdevez, 2011, pp. 565-583. ISBN 978-972-9136-61-0.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – A Viagem das Formas Artísticas na Ribeira Lima: contributos para o estudo da arquitectura civil e religiosa setecentista. *Estudos Regionais*. Revista Cultural do Alto Minho. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais. II Série, nº 6 (2012), pp. 119-133. ISSN: 0871-3332.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima. As Capelas Vinculares e o Espírito Reformista da Época Moderna. In *Actas do III Congresso Internacional "Casa Nobre: Um Património para o Futuro"*, Arcos de Valdevez: Edição do Município de Arco de Valdevez 2013, pp. 194-209. ISBN: 978-972-9136-70-2.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – As capelas vinculares do concelho de Ponte de Lima: subsídios para o seu estudo. *Estudos Regionais*. Revista Cultural do Alto Minho. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais. II série, nº 7, 2013. pp. 69-82. ISSN: 0871-3332.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima: Estruturas, Vivências e Estratégias de Afirmação. In *História da Arquitectura- Perspectivas Temáticas*. Porto: Edição CITCEM, 2018. p.p. 51-61. ISBN 978-989-8351-93-7.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima. Análise dos frontispícios: vivências e estratégias de afirmação. In *Actas do IV Congresso Internacional "Casa Nobre: Um Património para o Futuro"*, Arcos de Valdevez: Edição do Município de Arco de Valdevez, 2017, pp. 930-952. ISBN 978-972-9136-83-2.

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – A Casa Nobre e a Evolução Urbanística dos Arrabaldes de Ponte de Lima. In *Actas do V Congresso Internacional "Casa Nobre: Um Património para o Futuro"*, Arcos de Valdevez: Edição do Município de Arco de Valdevez, 2017, pp. (No prelo)

- PAIVA, Maria Amélia da Silva – A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima. Análise dos frontispícios: vivências e estratégias de afirmação. In *Actas Genius Loci: Lugares e Significados. Places and Meanings*. Porto: Edição CITCEM, 2017. Vol. 2, pp 433-441. ISBN 978-989-8351-83-8.

- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – Os Limas: Da Galiza a Giela (séc. XII-XV). In *Actas do II Congresso Internacional "Casa Nobre: Um Património para o Futuro"*, Arcos de Valdevez, 2011, pp. 53-74.

- REIS, António Matos – *Ponte de Lima no Tempo e no Espaço*. Ponte de Lima: Edição da Câmara de Ponte de Lima, 2000.